

Reverendo o lugar da democracia no processo de modernização - as matrizes da teoria furtadiana do desenvolvimento

Vera Alves Cepêda

Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Endereço para correspondência:

Departamento de Ciências Sociais - UFSCar

Rod. Washington Luís, km 235

13565-905 - São Carlos-SP

veracepeda@terra.com.br

Recebido em 09/2008. Aceito em 11/2008.

Introdução

Atualmente temos falado muito de um momento de crise internacional e nacional, um sentimento geral de suspeição e risco que vai da economia à estabilidade dos Estados nacionais e à vida cotidiana das pessoas. Relativizando a questão do sentimento difuso penso que a crise é real, abrangendo a esfera econômica, porém, implicando na dimensão mais profunda da falência de valores e paradigmas que tem norteado o pensamento e a ação nos últimos 30 anos. E independentemente de reconhecer o potencial destrutivo do atual desarranjo na ordem econômica mundial, esta crise possui como aspecto positivo reconsiderar escolhas que pareciam unânimes a partir das evidências de seu fracasso. Sob o princípio da inovação chumpeteriana, o colapso pode fornecer impulso necessário para nova e mais avançada condição de progresso, como um salto para o futuro.

Para transformarmos espanto (ou pânico) em energia de mudança é preciso coragem para converter a percepção sentida no plano material em reflexão profunda, em análise dos fatores e da lógica que produziram o cenário de descompasso que ora vivemos. O mundo material precisa de seu contraponto que é o pensamento, tomado como a capacidade de crítica e de alteração orientada do futuro. Sem a crítica e a reflexão, ficamos desarmados diante das várias inércias apontadas pela teoria como condutoras da História e do fluxo do devir humano: as paixões, o interesse, o conflito. Estes pontos, tomados como apriorísticos no comportamento humano, fundam concepções antípodas da vida em sociedade: ora *aceitos* (na obra de Maquiavel, Hobbes, nos elitistas contemporâneos e

fundamentais para o paradigma liberal), ora *recusados* (na obra de Rousseau, Kant, Hannah Arendt e Habermas). O ponto de distanciamento está relacionado com a oposição entre naturalização ou superação do interesse privado e do conflito como origem do progresso humano. Do primeiro campo, o exemplo mais cabal é a aceitação sem questionamento da lógica do mercado auto-regulado pelo individualismo egoísta, espreado em múltiplos planos como a economia, a política, a cultura e o pensamento. O resultado é a apreensão da sociedade como algo externo ao indivíduo (ou mesmo antagonista), e da vida pública como mera expressão do interesse privado melhor organizado (resultando no individualismo, na competição e no hedonismo da cultura da Era Pós-Industrial)¹. Do segundo campo², o resultado transparece nas concepções de regulação social (e econômica), na valorização da esfera pública e na defesa da democracia deliberativa como meio e finalidade do conjunto das ações humanas.

O enunciado até este ponto tem a intenção de realocar a posição da percepção sobre a crise num contexto mais extenso e intrincado. O risco financeiro que pressentimos hoje tem causa mais complexa e impacto maior que o simples desarranjo sobre o mundo material. Ele brota de uma particular (mas hegemônica) visão da vida em sociedade e tem como consequência possível radicalizar a exclusão, a competição e aumentar a desordem moral e política. A atual conjuntura mundial abre, portanto, uma brecha para avaliarmos o projeto de futuro construído sob o manto do pensamento neoliberal.

No caso do Brasil talvez estejamos vivendo um momento ainda mais dilemático. É preciso somar à este esforço a avaliação (ainda inédita) dos resultados alcançados pelo modelo de modernização que se impôs como projeto social, político e econômico nos últimos 50 anos. Vejam que não me refiro somente à famosa década perdida, nem ao ajuste neoliberal que acompanhou a Reforma do Estado nos anos 90. Refiro-me antes, à escolha do modelo de desenvolvimento que desenhou e sedimentou nossa modernidade pela via do binômio crescimento/exclusão e, que, de maneira alguma constituía a única via de superação do atraso à disposição do país naquele momento. Penso que o colapso da agenda neoliberal permite retomar o tema do desenvolvimento e excluir dele o

¹ Na teoria econômica (já que a ênfase foi posta nos argumentos da filosofia política) podemos citar a poderosa crítica lapidada por Keynes em *O fim do laissez-faire*. Neste texto encontramos o desmanche de um dos postulados mais caros ao liberalismo - a conexão linear entre "interesse privado e progresso social".

² Corrente também de longa duração, da perspectiva de cidadania encontrada entre na filosofia clássica e que adentra a Modernidade por duas vias: o pressuposto rousseauiano da valorização da condição de cidadão, construído no espaço público do contrato e o pressuposto kantiano do esclarecimento como a ética do entendimento enquanto ponto máximo de humanidade.

que foi uma escolha política produzida no Brasil no interregno dos anos 50/60 (representando um tipo particular de pacto social). Separar desenvolvimento planejado do modo e dos objetivos que nesse momento foram traçados e que correspondiam a um arranjo dos interesses e da força dos atores nele contemplados, ao qual *o projeto furtadiano se opunha*.

Nesse contexto o retorno aos trabalhos de Celso Furtado, a reiterada recorrência às suas teorias e considerações não me parece acidental. O que nelas se procura é um padrão e um método de avaliação do modelo nacional-desenvolvimentista implantado desde o Regime Militar, detectando que pacto representou e que herança deixou. A presença de Furtado é aqui imprescindível, já que sua obra foi gestada no momento mesmo de elaboração da via de desenvolvimento planejado (com a adoção do projeto de industrialização como pilar central), enquanto representava um singular proposta neste aspecto. Retornar ao debate desenvolvimentista e a Furtado é trabalhar com a questão de saber qual seria nossa situação no cenário atual, mesmo imersos no mar de dificuldade que os tempos bicudos de globalização e de financeirização do capital mundializado promoveram, se tivéssemos seguido por outra via?

Penso que hoje reunimos informações e demandas intelectuais suficientes para retornarmos com o olhar crítico sobre nosso passado recente e fazermos *uma nova interpretação do Brasil*. Não mais no diapasão do fardo do atraso como um legado funesto da herança colonial (tema de Furtado em *Formação* e na construção da teoria do subdesenvolvimento), mas da escolha que foi feita para nossa forma de modernização. Rever onde erramos e onde podemos ainda acertar, promovendo através da análise histórica a arqueologia de nossas dificuldades no presente. E neste processo as teorias originais sobre o planejamento do desenvolvimento são de fundamental importância. Pelos dois caminhos que possibilitam essa compreensão - a exegese do passado e o balanço da modernização - chegamos inevitavelmente ao pensamento furtadiano. Também o impulso para o questionamento da crise em plano mais profundo, em seus fundamentos, aproxima-se do método histórico-estruturalista (incapaz de separar o problema econômico dos demais contextos da vida social e política, inclusive o intelectual), específico de toda produção furtadiana.

A obra de Celso Furtado possui algumas características particulares no cenário do pensamento social, político e econômico brasileiro: 1) é ponto de inflexão de uma longa cadeia de trabalhos e autores que desde o final do século XIX problematizaram os dilemas e as alternativas para a constituição da nação; 2) ajusta-se ao contexto de seu tempo (teto de crescimento via o "similar nacional"), em que se impunha a tarefa da aceleração da modernização pelo caminho do planejamento econômico e da industrialização pesada. No primeiro caso, a obra de

Furtado aparece como uma síntese do largo e irregular leito dos estudos da história econômica e de economia política. Sua obra cinzela uma aguda e completa versão sobre a formação nacional, ancorada na teoria do subdesenvolvimento. No segundo aspecto, elabora uma teoria capaz de sustentar, com rigor acadêmico e sob os cânones da teoria econômica, uma proposta de futuro (teoria do desenvolvimento econômico). Furtado inova no método e no destino da produção do conhecimento, tornando indissociável o saber e o fazer, mas ao mesmo tempo, mantendo intacto o rigor acadêmico e a condição ética da política.

Entre teoria e método

Em termos metodológicos, longe das várias formas que podem ser assumidas pelo dever ser especulativo ou dogmático³, Furtado propõe cruzar a história, a sociologia, a cultura e a política num eixo sincrônico/diacrônico. Essa visão sistêmica permite desvendar a lógica que estrutura o conjunto heteróclito que vai da economia ao Estado e que orienta a vida e a ação social. Esse é o sentido da *interpretação*, da formação que caracterizou o legado furtadiano para as ciências sociais e econômicas: uma perspectiva histórica sem *a priori*, singularizada em situações concretas envolvendo homens, relações, heranças, instituições. Um método rigoroso porque objetivo, neutro e racionalmente constituído na explicação de como chegamos a ser o que somos. Um método engajado na perspectiva da mudança, da evolução social e do compromisso político.

No quesito metodológico destaca-se um mix de influências que são reconfiguradas por Furtado na tarefa específica de explicar a condição de subdesenvolvimento. Em sua obra pressente-se nitidamente a presença do historicismo marxista, do regulacionismo keynesiano, da economia nacional de List, além da profunda reflexão sobre as novas percepções sobre a pobreza. Neste campo, Furtado absorve parte da discussão levantada pela tese das etapas de Rostow, do subdesenvolvimento de Nurske e das demais teorias que surgem em consonância com o fenômeno do Terceiro Mundo (bloco dos países de extração colonial, que se torna visível após o final da segunda Guerra Mundial). Ao lado da influência das novas teses do pensamento econômico mundial, é de extrema relevância a presença da sociologia de Karl Mannheim, em especial quanto ao

³ Não se trata aqui somente da recusa à metafísica, mas também ao dogmatismo promovido pelas teorias que pretendem substituir a realidade pela representação a partir de leis invariantes (redução da ação ao comportamento numérico e à modelagem matemática), portanto meta-teoria; ou então, dobrando-se a ela, naturalizando as relações e as escolhas sociais (e me desculpem, mas interesse, mercado como maximização, são convenções socialmente construídas e não fenômenos naturais).

método da “sociologia sistemática” (esta “filiação” esclarece o uso aparentemente heterodoxo de autores, e que na realidade funciona como o propósito da síntese tão significativa nas teses mannheineanas).

No plano do debate nacional, Furtado dialoga com as correntes da tradição ensaísta (Paulo Prado, Azevedo Amaral, Manoel Bonfim, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros) e com os esforços pretéritos que escapando do culturalismo ou da matriz institucionalista de interpretação abraçavam o quesito econômico como de fundamental importância. Aqui se constitui uma abordagem histórica fina, complexa e acabada que consolida toda uma área de saber (a história econômica) aberta com Capistrano de Abreu, Roberto Simonsen e Caio Prado Jr⁴.

No entendimento do caso brasileiro - sociedade formada a partir da expansão mercantilista européia - a história não pode ser separada da dimensão econômica: é ponto de origem e elemento modelador de nossas instituições e práticas sociais. É deste quadro, portanto deste objeto (singularidade histórica) e da condição analítica possibilitada por um método que o assimile, que podemos de fato constituir um elo entre o passado e o presente, desvendando menos seus “fatos” e mais a sua lógica, abrindo a possibilidade de orientação consciente dessa força:

Convenci-me desde então de que o atual subdesenvolvimento é a resultante de um processo de dependência e que para compreender este fenômeno era necessário estudar a estrutura global do sistema: identificar as invariâncias no quadro de sua história. Mas o objetivo final era compreender as razões do atraso de um país que reunia as potencialidades do Brasil.⁵

Além de procurar compreender a realidade brasileira, o método furtadiano preocupava-se com o uso racional e com o destino social do conhecimento científico, com o comprometimento com a mudança estrutural que no caso de uma nação atrasada só poderia ocorrer com a produção de um paradigma explicativo apropriado a esta singularidade e pelo esforço de uma vontade politicamente orientada. Conhecimento e ação são, para ele, elementos indissociáveis:

⁴ Acrescente-se ainda a experiência do trabalho de cunho acadêmico, surgida no país após a criação de instituições de ensino como a Escola de Sociologia e Política e da Universidade de São Paulo, do DASP e dos primeiros cursos de economia, ciências sociais e história no país.

⁵ Furtado, *Auto-retrato intelectual* in OLIVEIRA, Francisco de (organizador) *Celso Furtado*. São Paulo: Ática, 1983, página 38.

fixou-se assim, no meu espírito a idéia que o homem pode atuar racionalmente sobre a história (...). Aqueles que alcançam este ponto, isto é, que pensam que o homem pode conduzir a história, quase sempre já estão preparados para dar o passo seguinte, ou seja, pensar que ele *deve fazê-lo*. O problema que se coloca então é o de saber *como fazê-lo*⁶

Penso que *retornar* a Furtado não caracteriza um movimento de canonização ou de saudosismo, mas a possibilidade de utilização das ferramentas e da teoria por ele legadas para discutir não o subdesenvolvimento (superado na fórmula consagrada pela teoria dos anos 50 e 60), mas os *limites* do modelo de desenvolvimento adotado pelo país. E neste caso, se olharmos o passado, poucos *projetos consistentes* (em termos de coerência, solidez teórica e nitidez política) disputaram de maneira pública a construção do moderno no Brasil. Embora seja comum analisar todo o bloco histórico que vai dos anos 50 até a crise dos anos 80 com a caracterização de nacional desenvolvimentismo, essa grande categoria obscurece diferenças profundas no campo teórico (especialmente da teoria econômica), político e no projeto de nação que se constituído nesse grande campo.

Penso aqui na complexidade do quadro traçado por Bielschowsky em *Pensamento Econômico Brasileiro - O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo* (obra de fôlego impar nos estudos do pensamento econômico brasileiro). A distinção ali tratada, o marco de separação entre as correntes atuantes no período, ancora-se em temas como setor público *versus* privado, nacionalismo, capital nacional *versus* internacional, limites do planejamento, engajamento ideológico e vínculo às escolas econômicas diversas. Esse painel montado por Bielschowsky ilumina a diferença subjacente a uma falsa unanimidade e define os pontos limítrofes das concepções ideológicas de cada corrente (e de seus pressupostos de sustentação intelectual). Porém, imaginemos estender esse mesmo quadro em outras duas direções: 1) adicionar ao quadro ideológico a sua moldura histórica, cruzada com a variável política - teríamos assim os momentos do final do Estado Novo, populismo, golpe e regime militar (em suas múltiplas fases), redemocratização, reforma do Estado; 2) neste cruzamento, tentar detectar qual o reajuste (se houve) no pacto original, e a qual interesse ou arco de alianças ele corresponde. Teríamos assim, outra visão desse processo, politizado e contextualizado, capaz de desvendar sob a simbiose mágica do *desenvolvimentismo* os projetos políticos, a visão de nação e a diferentes propostas de sociedade ali abrigadas.

⁶ Op cit., página 35.

Debaixo do bloco desenvolvimentista, nacionalista/não nacionalistas, esquerda/direita, teorias clássica/keynesiana/cepalina, defensores do mero caráter instrumental do planejamento e autores que postulavam um planejamento como via de modernização racionalizada disputavam algo de maior envergadura e que se mantinha na sombra do debate: o modelo de nação que emergiria após a conclusão do processo de modernização. Nesse quadro, a obra de Furtado é a única em que o nexos entre a história, a teoria econômica, a defesa da técnica do planejamento estava conscientemente vinculada a um projeto de sociedade e de sociabilidade.

Com essa série de introduções e de ressalvas, entro no objeto de minha apresentação neste Ciclo de Conferências: analisar o projeto furtadiano de desenvolvimento e o lugar que a democracia ocupa nele.

Entre a teoria e o projeto de mudança social

Em primeiro lugar gostaria de apontar uma importante qualidade na obra furtadiana: o caráter dúplice e complementar da teoria do subdesenvolvimento e da teoria do desenvolvimento. O objetivo é destacar a riqueza aberta por esse método, que partindo da história é capaz de detectar o fluxo da energia social e permitir sua interpretação e sua alteração, conciliando a objetividade científica com a proposição política⁷. Esta correlação é visível nos textos da primeira fase da produção do autor (décadas de 50 e 60)⁸, em especial *Formação Econômica do Brasil, Perspectiva da Economia Brasileira, A Pré-Revolução Brasileira, Dialética do Desenvolvimento, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento e Teoria e Política do*

⁷ Novamente a influência de Mannheim é visível. Em *A gênese do historicismo* Mannheim afirma que é somente através da observação diacrônica e comparada (sistemática e multidisciplinar) que o pesquisador pode entender quais são as chaves de apreensão do sentido da história e dos rumos da ação social. E estes devem ser compreendidos em sua singularidade (cada estrutura social tem um caminho próprio) e em suas escolhas (cada caminho é único e particular). O historicismo manneheano permite conciliar objetividade com a flexibilidade compreensiva.

⁸ Uma ressalva que considero importante é a do cuidado no exame do pensamento furtadiano enquanto um bloco monolítico. Um autor que produziu ao longo de meio século, no momento pujante da mudança de paradigmas teóricos e sob o cenário da modernização acelerada do país, absorverá essas demandas e ajustará sua reflexão a este contexto. Assim, a obra de Furtado precisa ser entendida em cada fase, e, mesmo sob uma lógica argumentativa única, em suas adequações conjunturais. No meu entendimento, o conjunto de sua produção pode ser dividido em quatro fases: a da elaboração da teoria do subdesenvolvimento/desenvolvimento (nucleada nos textos dos anos 50 e 60); a de revisão crítica (anos 70); a fase memorialista (principalmente anos 80); e o ajuste ao paradigma da Revolução Tecnológica e da globalização (*upgrade* dos anos 90 e 2000). No fundo o núcleo duro de sua teoria permaneceu intocado, mas sofreu os ajustes necessários à finalidade prática de entender e transformar o presente.

Desenvolvimento Econômico. Neste grupo de trabalhos Furtado combina a dimensão da interpretação, condensada na Teoria do Subdesenvolvimento (diagnóstico) com a elaboração de uma teoria do desenvolvimento econômico em situação de subdesenvolvimento, condensada na Teoria do Desenvolvimento (prognóstico). Embora conjugadas enquanto um projeto político próprio (pautado na racionalização do sistema econômico, no planejamento, na democracia), as duas perfazem contribuições distintas para o pensamento social brasileiro.

A *teoria do subdesenvolvimento* transformou Celso Furtado em um dos mais respeitados *intérpretes do Brasil*. Penso que poucas obras ganharam essa magnitude por conseguirem capturar a dimensão da formação nacional em todas as suas etapas (incluindo a auto-representação): *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr., *A Revolução Burguesa no Brasil* de Florestan Fernandes e *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* de Enzo Falleto e Fernando Henrique Cardoso⁹. E dentre estas, poucas conseguiram articular o interno/externo, história geral/história nacional, simultaneamente com a dimensão social, econômica e política, e ainda embasado numa concepção teórica.

Neste aspecto, Furtado capturou um diálogo aberto no Brasil desde o final do século XIX "*quem somos?*", redirecionado na década de 10/20 para "*o que nos falta?*", e finalmente para o mote do "*que mudar?*" da década de 50. Um movimento teórico que partindo das angústias do determinismo do clima, raça, cultura, instituições (Alberto Torres, Gilberto Amado, Paulo Prado, Oliveira Vianna, entre outros), migrou para uma situação de atraso condicionada pelo cunho econômico, na pioneira versão *subcapitalismo* formulada por Roberto Simonsen em textos publicados ainda nos anos 30. Mas mesmo o pioneirismo simonseano mantinha-se preso à tradição anterior, da percepções *ad hoc* e muito próxima do ensaísmo. Foi Furtado que, juntando as duas metades, somou ao atraso da "superestrutura" o condicionante da "estrutura", cinzelando pelo argumento econômico o subdesenvolvimento como *formação*. Esta explicação, que emerge em *Formação Econômica do Brasil*, permitiu a emergência da consciência de um lugar histórico próprio, obtido através de uma teoria de cunho autóctone.

Não vou me estender aqui sobre o significado desta contribuição, mas gostaria apenas de ressaltar que para compreender o caso brasileiro e de outros países com a mesma deformação produzida pelo colonialismo, Furtado teve que operar uma reinterpretação da própria dinâmica do desenvolvimento capitalista. De maneira mais completa que as fases de Rostow, as assimetrias de Myrdall e a

⁹ A seleção de textos aqui apresentada incide mais fortemente nos tópicos da identidade nacional e na utilização do aspecto econômico na formação nacional. Portanto ficaram de fora outras obras e autores também valiosos, porém mais pontuais.

dicotomia das formações pré-capitalistas e do imperialismo do campo marxista, Furtado tratou a expansão do mercantilismo como eixo da formação do complexo da moderna economia industrial (centro) e do sistema colonial (periferia). Como movimento da lógica *moderna* do capitalismo, este movimento espalhou-se pela própria Europa e ramificou-se nas colônias com perfil similar ao europeu (ou política de colonização). Como lógica da *periferia*, o movimento expandiu-se para regiões muito diversas do clima, cultura e economia europeus, e assumindo a feição de exploração atribuiu outra função e estabeleceu outras formas sociais que geraria, mais tarde, o subdesenvolvimento (subdividido em superior e inferior) e a pobreza. O resultado é que na análise da formação histórica do subdesenvolvimento as economias que foram colonizadas sob a expectativa mercantil configuram um caso singular de capitalismo, necessitando uma análise *em separado* daquela produzida pela teoria econômica tradicional. Somos, como subdesenvolvidos, capitalistas de outro tipo de capitalismo - o retardatário. O próprio capitalismo é então caracterizado numa matriz distante do princípio da contradição, do etapismo, da oposição que marcavam as interpretações vigentes. O modo subdesenvolvido é caracterizado pela função de *complementação*, e nesta tarefa sua dinâmica é a da distinção estrutural e a condição da diferença: funções, ritmos e caminhos diversos que se separam na capacidade de retenção de riqueza e na possibilidade de crescimento endógeno. Outro tipo de capitalismo, que não pode ser compreendido pela teoria clássica e nem por aquelas que problematizam as disfunções da econômica de tipo central (daí a apropriação de parte apenas da teoria marxista e keynesiana - apropriadas a um contexto que não é o nosso).

Penso que dessa capacidade de absorção dos paradigmas explicativos em voga e de sua resignificação no contexto do atraso é que brota a força e a capacidade de convencimento da teoria furtadiana. Aceita ou recusada, entre o final dos anos 50 e os anos 70 (talvez até um pouco mais), nenhum intelectual ou *policy maker* podia ficar *indiferente* as teses propostas por esse autor.

Já a *teoria do desenvolvimento* tem outro objeto e alcance diverso (embora tão importante quão). Um primeiro ponto que merece destaque é a complementaridade das teses que aparecem entre os textos sobre a conformação do subdesenvolvimento e os textos que trabalham com a proposta de via de desenvolvimento, ambos pautados pelo exame crítico das concepções liberais vigentes no pensamento econômico brasileiro¹⁰. Em *Formação Econômica do Brasil* a tese fundamental baseia-se na crítica ao desenvolvimento homogêneo do

¹⁰ Lembrar da celeuma que divide os “economistas” desde o final do século XIX entre a vocação agrícola e a vocação industrial e que em meados da década de 40 produziu o mais célebre enfrentamento intelectual sobre o tema - a diátribe entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen na *Controvérsia sobre o Planejamento Econômico*.

capitalismo, ao predomínio absoluto e independente da esfera econômica e a entronização da teoria das vantagens comparativas - já que na expansão do capitalismo não era a distribuição do progresso técnico que era alcançada, mas ao contrário, as desigualdades de oportunidades. Aqui o mote fundamental é da singularidade do subdesenvolvimento, sua dinâmica e *timing* próprios - por extensão uma teoria autônoma e vinculada a um contexto particular. A recusa é a um modelo de História Ocidental e uma revisão da herança colonial sob o pressuposto da vocação agrícola.

Em *Dialética do desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento e Teoria e Política* soma-se a essa recusa outra mais pesada: negam a idéia de *mão invisível* e da noção de *vícios privados benefícios públicos*. (duas das mais importantes assertivas do liberalismo econômico e, porque não, político¹¹). A dinâmica do capitalismo pode ser (e nos países subdesenvolvidos é) promotora de mal estar público. O livre mercado pode ser um bom guia para os países centrais, não para os países periféricos. Nas economias centrais o efeito da mão invisível é o aumento do progresso técnico, a redução dos custos e dos preços (via competição), a elevação do bem estar geral e a capacidade de expansão contínua do investimento. Nas economias periféricas, diversamente, o mercado auto-regulado aparece associado à especialização (princípio das vantagens competitivas) e gera no longo prazo uma gama de efeitos perversos: deterioração dos termos de troca, condição reflexa da economia, transferência de renda para exterior, incapacidade de constituição do setor de bens de produção, defasagem tecnológica, dependência, artificialização dos hábitos de consumo, consumo suntuário das elites, etc.

Assim, o capitalismo do *laissez faire* não pode cumprir a promessa smithiana do progresso técnico e da virtude cívica. O conjunto desse raciocínio aponta (embora não explicitado, mas dedutível no solo do argumento furtadiano) para uma recusa total do liberalismo em sua *filosofia social* - recusa-se a visão histórica universal, as ondas de expansão desiguais e combinadas da economia, a teoria da dinâmica de desenvolvimento, a visão da divisão do comércio internacional, a crença na possibilidade de futuro a partir destes postulados. Se no centro a lógica liberal gera "o círculo virtuoso do desenvolvimento", na periferia seu efeito é a do "círculo vicioso do subdesenvolvimento".

¹¹ Basta lembrar que a mesma concepção de motor do progresso - interesse/competição - é mola do processo econômico e político em um dos maiores pensadores do século XX, Joseph Schumpeter, é referência obrigatória na literatura da ciência política (*Capitalismo, Socialismo e Democracia*) e na ciência econômica (*A teoria do desenvolvimento econômico*).

O resultado lógico dessa afastamento do liberalismo é a busca de outra matriz explicativa e outra estratégia de desenvolvimento. Nessa rota os argumentos utilizados por Furtado vão se aproximando das ferramentas propostas pela macroeconomia keynesiana e pelo sistema de economia nacional listiano. Da primeira vertente, o keynesianismo, partindo de conceitos como a tendência inerente ao desarranjo econômico como resultado do exercício da própria racionalidade maximizadora de ganhos do capitalismo, chegamos a duas novidades: o aporte teórico que valoriza a regulação e a ação estatal como parte da dinâmica do equilíbrio econômico (valorizando o Estado e avaliando ceticamente o mercado) e a defesa do consumo como mola propulsora do crescimento econômico (ao contrário da economia do lado da oferta que caracteriza a tradição liberal). Neste caso, não apenas intervenção do Estado via políticas econômicas (legado keynesiano), mas também estratégias coordenadas pelo poder público para garantir a capacidade de renda das classes trabalhadoras (direta e indiretamente) como alavanca da cadeia produtiva. De List, Furtado incorpora a leitura feita por esse economista alemão da primeira metade do século XIX, de que: a) a vocação primário-exportadora impossibilitava a evolução do sistema econômico nacional; b) que o desenvolvimento significava uma visão global das forças produtivas em escala nacional e não a contabilidade de setores ou empresas; c) que a divisão internacional do comércio correspondia mais a necessidade de preservação das demandas das economias centrais do que a uma verdadeira e efetiva teoria econômica válida universalmente; d) que economias ricas e industriais não possuíam interesse no desenvolvimento das nações mais atrasadas. O corolário listiano, adotado por Furtado, defendia a ação promotora e coordenadora do Estado, a estratégia do planejamento (que combinadas gerou a famosa *via prussiana* de desenvolvimento) e o protecionismo como meio de superação do atraso e dos constrangimentos ocasionados pelo estágio da divisão internacional do trabalho.

Se na obra de Furtado a economia já havia encontrado a história em *Formação*, agora ela encontrava a *política* em seus vários níveis:

- a defesa do espaço nacional como sistema complexo e totalizante da produção, circulação, acumulação e expansão contínua
- a racionalização pragmática e o regulacionismo econômico
- a idéia de planejamento como corolário das duas anteriores

E nesta nova configuração teórica os atores centrais seriam, inevitavelmente, a *intelligentsia* e o *Estado*.

Tomemos aqui alguns cuidados, referentes a compreender corretamente o conjunto da proposição furtadiana, até porque há a possibilidade de entender a estratégia dos industriais em capturar o Estado como “inovação” no processo de

acumulação em situação periférica (um inovador uso da concepção schumpeteriana). Verdade seja dita, a valorização do Estado tem vida longa na história política nacional. Do final dos anos 20, em sua primeira concepção orgânico-autoritária (vitoriosa a partir da Revolução de 30), a centralização política foi rapidamente sucedida pela dimensão do planejamento, estimulada pelo consenso que se formava de que a causa do atraso nacional era econômica. Curiosamente, com pouco mais de uma década este projeto era incorporado por setores conservadores e pelo setor privado, que caminhavam *pari passu* a propostas mais modernizadoras e de cunho social. Isso confirma a idéia anterior de que sob a rubrica do desenvolvimentismo se alojavam projetos políticos muito distintos. Para alguns a intervenção do Estado deveria ser limitada a alavancar o setor privado, interferindo o mínimo possível na economia de mercado. Mas, mesmo este segmento não conseguia escapar da evidência da condição de atraso e da necessidade de algum grau de artificialismo econômico. Não era a essa a perspectiva de Celso Furtado, que defendia uma proposta social, humanista e democrática de desenvolvimento.

Todavia, ao lado do aspecto louvável deste posicionamento (que no fundo poderia ser reduzido à dimensão valorativa, embora não menos importante), gostaria de destacar o caráter absolutamente *inovador* e *impar* da teoria furtadiana da modernização¹². Friso algumas inversões e ressignificações que aparecem no caso do pensamento político brasileiro a partir da obra de Furtado:

- a valorização da democracia enquanto parte constitutiva e desejável do projeto de futuro para o país em oposição a uma hegemonia quase absoluta do centralismo autoritário e da desvalorização do conflito político organizado (marco legal da democracia) e da participação da classe trabalhadora e da população;

- a retirada do monopólio do Estado (síntese do conceito de *público* para o pensamento político moderno) da “boca da direita”, fato recorrente na história brasileira. Ao contrário, a conjugação entre democracia, legalidade e Estado perfilhariam outra finalidade: a constituição da *res publica* e da nação moderna e autônoma;

- a valorização do pensamento racional e orientado como parte da vida pública - mas se antes o protagonismo político era marcado pelo bacharelismo e depois pelo ensaísmo, Furtado se aproximaria de uma vertente inédita de *intelligentsia*, agora de tipo mannheineano, onde conhecimento e política podiam

¹² O termo *modernização* não é aqui utilizado na acepção funcionalista. Ao contrário do pressuposto espontâneo, a *modernização* seria uma construção das relações modernas de vida social, política e econômica erigidas a partir de um projeto e uma finalidade socialmente constituída - crescimento e desenvolvimento econômico planejado como carro chefe de todas as outras mudanças da sociedade numa percepção holística.

caminhar na mesma direção, desde que a objetividade teórica, a responsabilidade social e o controle democrático funcionassem como freios às tendências tecnocráticas e totalitárias.

Estes três pontos são altamente relevantes, mas no diapasão da proposta conhecimento/ação, a democracia apareceria em Furtado no plano da teoria econômica antes mesmo (e com maior importância) da afirmação de sua desejabilidade política. O que quero salientar é que o caráter holístico do desenvolvimento (a simultaneidade das mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais, em termos qualitativos mais que quantitativos) só poderia ser alcançado através do mecanismo corretivo da democracia. Portanto ela é parte constitutiva desse processo e não seu desdobramento último - é causa e não consequência.

Vejamos o argumento proposto por Furtado, como aparece na análise combinada de três obras (*Dialética do Desenvolvimento*, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*):

1. Economias subdesenvolvidas sofrem simultaneamente de atraso tecnológico, baixa produtividade, dificuldade em acumular, debilidade de investimentos, vulnerabilidade e fragilidade por sua condição reflexa - configurando o "ciclo vicioso" ou as incapacidades estruturais apontadas por Nurske. O incremento do crescimento industrial, por substituição de importações, gerado pelo mercado interno do café e depois das crises mundiais que interromperam o fluxo de importação de manufaturas (brecha histórica), encontrou, nos anos 50 um teto - a passagem da indústria leve para a etapa da industrialização pesada. Aqui a condição excepcional (embora espontânea) do processo era represada pelos gargalos estruturais da economia.

2. esse processo gerava um novo ciclo de dependência de importações - agora de bens gravosos. A sua não realização - quer pela queda constante das divisas do café ou pela incapacidade endógena de produzir e acumular recursos suficientes que permitissem a importação sem paralisar a produção - implicaria necessariamente no fim da brecha histórica, impedindo o salto para a mudança qualitativa no processo de produção. Esse patamar desejado significaria que todos os fatores produtivos - terra (na forma de matérias primas fundamentais), trabalho (PEA e qualificação profissional), capital (na forma de bens de produção e investimentos) e tecnologia estariam internalizados (ou que no caso de matérias primas não nativas e certos bens de produção o seu custo de importação não pesasse significativamente nos custos).

3. Ora, mas a essência do subdesenvolvimento ancora-se em duas perversões fundamentais: a baixa produtividade e a deterioração dos termos de troca impediam que o ato de produzir gerasse a contrapartida do excedente e da acumulação - impedindo a inovação e o aumento da produtividade (e esta, se

ocorresse sem a mudança do perfil agro-exportador permaneceria condenada a assimetria das trocas). Por outro lado, sem poupança e sem investimento não se constitui uma planta industrial completa (que nunca havia brotado exatamente pelas características estruturadas pelo restritivo modelo mercantil-exportador). Assim, pela rigorosa lógica econômica, seria impossível romper essa barreira de ferro, mantidas as regras do livre mercado. É por isso que ao absentéismo de mercado é sucedido pela aceitação (à direita e à esquerda) da intervenção do Estado - captador de recursos, planejador, e mesmo empresário nos setores em que isso for preciso.

4. Até aqui, muitas teses dos anos 50/60 podem até se parecer (o raciocínio cepalino é análogo). A diferença é o salto explicativo dado por Furtado: não é apenas a questão do livre mercado que deve ser neutralizada pelo ação do Estado, mas a sua *lógica constitutiva*, baseada na valorização do empresário como *self* e no natural automatismo das relações de produção. Ao contrário, é no deslocamento da economia do lado da oferta para a *economia do lado da demanda* e na valorização de certas práticas e instituições políticas (liberais, diga-se de passagem) como a organização livre de interesses, o conflito demarcado democraticamente e o papel da opinião pública que surgiria a força e o dinamismo capaz de completarem a etapa de modernização e de industrialização parcialmente experimentada e naquele momento bloqueada. É minha avaliação que Furtado nesta tese se aproximou, revolucionariamente, muito mais do *trabalho* e menos do *capital* como eixo promotor do desenvolvimento. E a ferramenta para desconstruir a tendência a proteção dos interesses privatistas, substituindo-a pelo interesse nacional, capaz de mudar a lógica, o processo e o foco do desenvolvimento econômico era o Estado.

Conflito e desconfiança: defesa do trabalho e controle do capital

Uma pergunta importante de ser feita quando tratamos deste obscuro e difuso conceito de "interesse nacional" é: quais são os interesses prioritários que cabe ao planejamento estatal defender? Na concepção furtadiana o influxo capaz de orientar as relações econômicas em direção ao desenvolvimento nacional, ao interesse coletivo, nascem do *trabalho*. É através de sua força vital de pressão que pode ser gerada a dinâmica capaz de criar um mercado interno e estimular o capitalista à inovação tecnológica constante (deslocando a estratégia de obtenção do lucro através do baixo valor dos salários - mais valia absoluta - ou pela fraca competição no mercado interno - drenagem via mais valia mercantil). Paralelamente, desloca-se o princípio do crescimento apenas da identificação da oferta como motor da expansão dinâmica (pressuposto de Say de que *a oferta gera*

sua própria demanda, sendo, portanto, a origem da riqueza). Em seu lugar, incorpora-se a concepção do consumo como base do crescimento da economia nacional, valorizando a cobrança sobre a efetiva distribuição dos ganhos da riqueza - aumento de salários, multiplicação dos setores produtivos, multiplicação de capitalistas (e dos gastos inter-capitalistas), diminuição das desigualdades regionais, enfim, diversidade, heterogeneidade e diminuição de qualquer forma de concentração de capitais (econômicos e/ou políticos). Além de uma mudança dessa proporção não poder ocorrer naturalmente, a tarefa do planejamento precisaria estar associada à atenção e normatização dos vários gargalos e focos de disfunção presentes na totalidade do complexo econômico.

Nas teses de Furtado (anos 50/60) três elementos se destacavam como focos de especial atenção, merecedores de tratamento prioritário: capital, trabalho e Estado. No primeiro caso, com base na identificação de que em situação periférica a auto-regulação do mercado não funcionava como nas economias centrais, produzindo subdesenvolvimento e não desenvolvimento, já colocava sob suspeição a ação virtuosa e naturalizada dos empresários (ligados ao setor agro-exportador ou aos demais setores produtivos). O capitalista periférico precisa ser regulado na sua ação, pois nesta situação sua irracionalidade atinge dimensões mais dramáticas do que aquelas apontadas por Keynes. A existência de um segmento industrial nacional (originado na etapa de substituição de importações) e a necessidade de atração do capital externo (exercida pelo aumento das necessidades de consumo interno e das demandas de investimento, estimuladas pela expansão das atividades industriais e comerciais locais) provocava uma disfunção grave no ritmo e rumo do desenvolvimento da cadeia industrial. No afã de realizarem lucro no menor prazo e custo possíveis, a indústria nacional e a estrangeira selecionavam entre as alternativas de alocação de seus recursos aquelas atividades que apresentassem *a maior* e mais *imediate* taxa de retorno. Os desvios aqui originados eram inúmeros. A opção acabava por inflacionar alguns setores e esvaziar outros, criando uma instabilidade constante na estrutura econômica.

O aumento da atividade industrial, em qualquer ramo, também fazia pressão sobre o setor de bens de produção, área que não sendo atendida por uma oferta interna aumentava a demanda por importações. Além de reduzir o volume disponível de recursos (questão dramática dada à magnitude da necessidade de recursos exigidos pelo planejamento e pela débil capacidade de poupança interna), a importação descontrolava a balança comercial, remetendo considerável parte do excedente aqui produzido para o exterior. Por outro lado, as assimetrias das relações de troca (deterioração) vinculadas anteriormente ao circuito mercantil-exportador tenderiam, quase inevitavelmente, a ressurgir de maneira mais aguda

no caso de bens cujo valor agregado tendesse a subir exponencialmente pela inovação constante e o peso da tecnologia na competição internacional. Importar bens de produção poderia ser tática paliativa, nunca definitiva.

A exigência do desenvolvimento precisava de autonomia interna na produção e apropriação de recursos e meios estratégicos para a manutenção de um ritmo de desenvolvimento autárquico (a onda de políticas nacionais de defesa do petróleo, siderurgia, estradas, hidroelétricas, conhecimento tecnológico autóctone, etc. é parte dessa consciência). A alternativa de produzir nacionalmente esses bens não se realizava dada a envergadura e a lentidão de retorno dos investimentos necessários, minando o interesse do capital privado de atuar nesses setores. Assim, o impulso para a industrialização, lastreado pelo consumo interno, encontrava como limite de crescimento a disposição do setor privado para investir nos segmentos *já atrativos*, gerando demandas por bens de produção, estrangulamentos estruturais e inflação. O recurso seria desmontar os gargalos que se encontravam no setor pesado da produção, mas isso não poderia ser conseguido através da lógica de maximização de lucros privados que estimulava os empresários a produzir direto para um mercado aquecido e distante do risco (ou longevidade) dos investimentos mais onerosos.

O estrangulamento do sistema produtivo gerava outros desequilíbrios além da inflação, como a desaceleração do ritmo de crescimento da produção e a tendência a não incorporação de novos trabalhadores ao mercado e a diminuição de custos via redução de salários. Na defesa da taxa de lucro os empresários repassam a redução para o preço dos salários, comprimindo o ganho dos trabalhadores, que, na última volta do parafuso, perdem poder de compra. O ciclo se fecha com a redução da demanda geral do sistema - encolhendo o tamanho do mercado e iniciando uma espiral recessiva ou de estagnação econômica.

Esta percepção, de nítida filiação keynesiana, levaria Furtado a defender a organização dos trabalhadores como elemento fundamental para dinamizar (retroalimentar) a economia nacional, tanto pela capacidade de expansão do tamanho do mercado consumidor interno (a luta por elevação real dos salários), quanto pelo 'empurrão' à incorporação de inovações tecnológicas (em substituição à tática de redução dos salários o empresário precisaria aumentar a produtividade - inclusive do trabalho - através da incorporação de novas tecnologias). Desta maneira, a lógica virtuosa que deflagrara a ascensão econômica crescente nas economias avançadas poderia ser aqui implementada.

Estes dois aspectos são os que mais distinguem a contribuição de Furtado das outras correntes que defendem a industrialização brasileira como plataforma para o progresso. Para Furtado a participação dos trabalhadores *forçaria* o capital a se renovar constantemente, ao mesmo tempo em que a elevação dos salários

(aumento do consumo) seria o motor das atividades industriais - a pressão e o conflito operário seriam, portanto, benéficas¹³.

De outro ângulo, o conflito aparece como meio de mudança social, de alteração política e cultural. Partindo dos raciocínios desenvolvidos por Furtado sobre a "indústria da seca" e em *A pré-revolução brasileira* e *Dialética do desenvolvimento* percebe-se que a permanência de focos de anacronismo e sobrevivência política dos setores "historicamente atrasados" (oligarquias regionais e setores ligados ao complexo primário-exportador), não são apenas uma aparência social pretérita. Ao contrário, configuram forças dotadas de atualidade e peso na defesa renhida de interesses - antagonistas do desenvolvimento. E que possuem instrumentos importantes de consecução de seus interesses - uma *intelligentsia* (e teoria) própria, representação política e controle social eficiente sobre suas bases e flexibilidade adaptativa (próximo do hibridismo posteriormente destrinchado por Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*) capaz de transformar energias transformadoras em pontos de sustentação de sua posição entrincheirada. Somente o recurso ao marco legal e à participação política (organização sindical e democracia) permitiria mudar a orientação do projeto político nacional¹⁴, uma vez que a representação (em situação de modernização urbano industrial) se deslocaria para o conjunto dos trabalhadores e população autonomizada das cadeias do coronelismo e imune à eficácia discursiva da "vocação rural". A mágica era o simples: o princípio da maioria numérica. O resultado, subversão do anterior pacto político emergente desde 30, a alteração da cultura política (incluindo a percepção nova do Estado como restrito a sua função de representante de um projeto que nascesse fora dele) e a reconfiguração do arco de forças, tensionado naquele momento no binômio manutenção/mudança.

Resumidamente, a questão do conflito é valorizada por Furtado em três direções: é o pilar da mudança social (movimento caracterizado pelo autor como *dialético*); é a ferramenta que mina o poder dos setores atrasados que emperram o processo de modernização; e, por último, é parte essencial na produção da lógica de inovação tecnológica que alimenta o ciclo da prosperidade e do desenvolvimento econômico.

¹³ Para Simonsen, ao contrário, embora os salários tivessem importância como determinante do tamanho do mercado e da demanda por bens industriais, a origem do ciclo virtuoso estava na implementação da produção ("crescer primeiro, distribuir depois"); além da visão catastrófica de Simonsen sobre o papel destrutivo do antagonismo entre as classes - *leitmotiv* de sua análise sobre a necessidade de distribuição dos frutos do progresso entre todos os agentes da produção.

¹⁴ Lembrar que a matriz vigente, na prática e no ideário, era estadocêntrica, realçando as funções e o funcionamento da vida nacional através do governo central e do poder executivo.

Por outro lado, cabe ao Estado através das políticas econômicas disciplinar o consumo pessoal do capitalista e a lógica decisória do investimento - corrigida e orientada através de instrumentos como tributação, políticas cambiais e creditícias, por intervenção econômica direta (com a criação das estatais nos setores estratégicos e de infra-estrutura), com a política de subsídios e investimentos alocados aos setores privados mais necessários e, por último, através de mecanismos políticos de proteção do trabalho para que neste movimento se redistribua efetivamente os ganhos do progresso técnico capaz de alavancar e expandir o mercado consumidor interno.

Como outra face desse processo Furtado indica a necessidade de fiscalização também da ação do Estado. Afinal os problemas de deturpação do projeto de desenvolvimento nascem de inúmeras fontes. Da história pregressa, pela capacidade de apropriação por parte dos setores anacrônicos do controle do Estado e dos recursos públicos (vide a sobrevivência e a capacidade de mutação das oligarquias regionais). Da pressão internacional que após o fim da Segunda Guerra restabelece a ordem internacional que procura manter através do comércio internacional uma divisão do trabalho que preserve os interesses das economias centrais. Da moderna economia nacional pela sua inclinação imediatista do lucro fácil e que nesse processo coloca em risco seu próprio processo de acumulação cria um estrangulamento da potência latente do mercado interno e aumenta a pressão inflacionária dos gargalos estruturais. Do lado dos planejadores sua incapacidade de serem os *portadores da síntese*, os operadores da metamorfose capaz de defender e implementar o interesse público (por erro ou dolo, tanto faz).

O problema da mentalidade ou estilo de pensamento que rege o hibridismo das formações subdesenvolvidas só pode ser superado pela mudança orientada, pelo planejamento, que incide em duas vertentes: instituições econômicas e políticas, e mudança de valores pela vitalização da opinião pública e pela reforma educacional - itens lapidares também da teoria desenvolvida por Mannheim - e que implica na convergência não somente de método, mas também de visão de mundo compartilhada entre o sociólogo alemão e o intelectual brasileiro.

Como a elaboração teórica tem também como função organizar o campo político, nesta batalha mista de objetividade científica (diagnóstico) e escolhas políticas (poderosos projetos já que filhos da racionalização) o peso e o papel da *intelligentsia* são enormes. Uma mesma questão passa a ser de capital importância: como impedir que este conhecimento, munido da ferramenta do planejamento não se transforme em instrumento de opressão e de desvio? Saída: vinculando-o de um lado ao paradigma republicano e do outro elevando a capacidade de controle por parte da sociedade pela via democrática. Desse cenário, de novo a dimensão política é resgatada como central no projeto

furtadiano através da defesa da democracia. Apenas o controle social pode mudar a lógica do subdesenvolvimento cobrando do Estado um destino público para o crescimento econômico.

Conclusão

Das teorias que emergiram nos anos 50/60, a proposta de Furtado é a única na qual o cruzamento entre política e economia não assume um caráter meramente instrumental. Ao contrário, a democracia e a organização dos diversos atores sociais é parte estrutural do desenvolvimento econômico e do sonho do desenvolvimento nacional. Valores como participação, democracia, racionalidade e disputa (tão ausentes da maioria da produção intelectual nacional) são incorporados e utilizados como elementos que combinam, *de fato*, a modernização econômica com a modernização social e implicam numa aposta de projeto de futuro mais humano e com justiça social. Voltar ao exame de suas teses e do lugar que elas ocuparam no momento da definição dos rumos de nossa “modernização conservadora” significa avaliar o *sentido da nossa modernização* - em continuidade ao antigo tema do sentido da colonização.

Por último, reexaminar a obra de Celso Furtado abre caminho para os estudos que procuram identificar as matrizes de nosso pensamento social (nossas *linhagens* ou famílias de idéias e intelectuais) em busca das fórmulas teóricas sobre a democracia, a ação do Estado e o papel atribuído à sociedade no processo de transformação rápida para o moderno no Brasil..

Referências bibliográficas

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1988.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. *Subdesenvolvimento e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

CEPÊDA, V. A. Celso Furtado e a interpretação do subdesenvolvimento in Marcos Costa Lima; Mauricio Dias David (org.) *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Francis, 2008.

_____. O lugar da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado no pensamento político dos anos 50 in Botelho, André; Bastos, Élide Rugai. (Org.). *O moderno em questão. A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

_____. O pensamento político de Celso Furtado - desenvolvimento e democracia In: **A grande esperança em Celso Furtado** (org. Bresser-Pereira, Luiz C.; REGO, José Márcio). São Paulo: Editora 34, 2001.

FURTADO, C. **A Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

_____. **Perspectiva da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: DASP, 1958.

_____. **A Pré Revolução Brasileira**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

_____. **Um Projeto para o Brasil**. Rio e Janeiro: Saga, 1968.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 4ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 23ª edição, São Paulo: Editora Nacional, 1995.

_____. **Obra Autobiográfica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MALLORQUIN, Carlos. **Celso Furtado: um retrato intelectual**. São Paulo: Contraponto, 2005.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NURKSE, R. **Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OLIVEIRA, F. de. **Celso Furtado**. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo; Ed. Ática, 1983.

ROSTOW, W.W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.